



ESCOLA NACIONAL de SEGUROS

A reestruturação do Seguro Garantia aplicado em Infraestrutura: impactos e desafios

Andre Dabus – AD Corretora de Seguros

Agenda

- Cenário atual - Infraestrutura no Brasil;
- Licitações : Aspectos Jurídicos;
- Aplicação Seguro Garantia em Obras Publicas, Concessões e PPPs;
- Mudanças previstas na legislação;
- Aprendizado e lição de Futuro;



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Seguro Garantia



**Instrumento de Desenvolvimento da
Infraestrutura no Brasil**



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Cenário Atual- Infraestrutura no Brasil

Desafios:

- Crise fiscal impõe limitações orçamentárias União, Estados e Municípios;
- Dificuldade para obtenção de linhas de Financiamento;
- Ausência de projetos de engenharia de qualidade;
- Precariedade no planejamento e fiscalização de Obras de Infraestrutura;
- Obras paralisadas ou concluídas muito acima do preço licitado;
- Carência de Infraestrutura Urbana e Social;



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Cenário Atual- Infraestrutura no Brasil

Oportunidades;

- Demanda crescente projetos de obras e serviços de Engenharia;
- Privatização x Desestatização;
- Concessões e PPPs;
- Mudanças na Legislação de Licitações;
- Pequenas e Medias Empresas terão novas oportunidades...
- Novos mecanismos de financiabilidade;



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Cenário Atual- Infraestrutura no Brasil



Seguro Garantia



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Cenário Atual- Infraestrutura no Brasil

Valor ECONÔMICO

28/10/2015 - 05:00

Garantia de obras de infraestrutura deverá ter revisão

Por **Janes Rocha**

Um dos resultados da Operação Lava-Jato foi demonstrar a necessidade de revisão do seguro garantia de obras de infraestrutura. A operação policial, que desvendou uma rede bilionária de corrupção envolvendo a Petrobras e as principais construtoras do país, paralisou uma série de obras que estavam contratadas com as empresas envolvidas nas denúncias.

Em tese, o seguro garantia serviria justamente para completar o trabalho. Ficaria para a seguradora a responsabilidade por encontrar um novo operador para concluir as obras já que esse - como o próprio nome diz- é o objetivo do seguro.

Mas, segundo Roberto Westenberger, titular da Superintendência de Seguros Privados (Susep), ao aplicar a Lei de Licitações (8.666) descobriu-se que a cobertura de seguros estava limitada a 5% do valor da obra. "A própria lei limitava a assunção de riscos pelas seguradoras", explica.



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Cenário Atual- Infraestrutura no Brasil

Valor
ECONÔMICO

15/03/2016 - 05:00

'Performance bond' como um critério de seleção em licitações

Por Maurício Portugal Ribeiro

Recentemente, tem sido comum alguns juristas, em uma reação emocional aos achados da Operação Lava-Jato, defenderem a conveniência de se exigir, em licitações públicas de grandes projetos de infraestrutura, como condição praticamente única de qualificação, o que se chama de "performance bond", isso é o seguro-garantia de cumprimento de contratos com cobertura com valor idêntico ao preço esperado da obra pública.

Em contratos de obra pública, o normal é que se exija seguros-garantia de, no máximo, 10% do valor do contrato. No caso de contrato de obra pública, o valor do contrato é o preço da obra para a administração pública.

A intenção dessa proposta parece ser eliminar todas as outras linhas de corte nas licitações, como, por exemplo, os atestados técnicos de execução de objetos compatíveis e a comprovação de capacidade econômico-financeira das empresas participantes da licitação.

Seria preciso exigir que as seguradoras que vão emitir seguro-garantia tenham um perfil de crédito adequado



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Cenário Atual- Infraestrutura no Brasil

Valor ECONÔMICO

28/03/2016 - 05:00

Performance bonds

Por **Jairo Saddi**

Há sempre uma solução simples e errada para aqueles problemas complexos. Tem-se alardeado o uso compulsório dos chamados performance bonds como panaceia para todos os males da corrupção descobertos pela Operação Lava-Jato, como meio de purificar o processo de licitação pública, em especial nas obras de infraestrutura. Não resta dúvida de que está em curso uma tentativa de avançar no debate e que o propósito é aperfeiçoar o processo licitatório, mas, convenhamos, esta é uma solução universal que simplesmente está longe de ser perfeita.

Como se sabe, performance bonds, ou seguros de desempenho, são uma espécie de seguro-garantia do cumprimento de determinadas cláusulas, das quais as garantias obrigacionais são gênero. Por exemplo, numa obra pública de R\$ 100 milhões, no edital de licitação, exigir-se-ia como elemento de qualificação um performance bond de idêntico valor. Isso significa que, se a obra não fosse entregue, fosse entregue com atrasos, de modo incompleto, ou fora das especificações contratuais, a seguradora seria acionada a pagar ou reparar o dano até o limite estipulado de R\$ 100 milhões.

Dizem os defensores da ideia que, um terceiro, que estará recebendo um prêmio para oferecer a garantia, que representa apenas uma pequena porcentagem de sua exposição ao risco, terá todos os incentivos para acompanhar e fiscalizar a obra e garantir que ela seja entregue no prazo, já que seu lucro depende intrinsecamente de não haver o acionamento do seguro, em razão do evento que a seguradora se dispôs a segurar.

Na verdade, a proposta nada mais é do que transferir o risco de cumprimento das obras às seguradoras



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Cenário Atual- Infraestrutura no Brasil

Retomada das obras públicas e novo modelo para o seguro-garantia

» MARCIO SERÔA DE ARAÚJO CORIOLANO

Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg)

A criação do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) pelo presidente interino, Michel Temer, sinaliza a firme intenção do governo federal de ampliar a interação entre o Estado e a iniciativa privada com o intuito de acelerar a execução dos projetos de infraestrutura tão necessários para a retomada do crescimento do país.

Em torno das macromedidas gravitam as preocupações dos governantes e dos cidadãos brasileiros não somente com o cumprimento do cronograma das obras, mas com a qualidade dos serviços prestados, a fim de se evitarem graves acidentes, como o que ocorreu com a ciclovia do Rio de Janeiro. Nesse contexto, considerando que o Poder Público não pode utilizar os recursos da indenização diretamente na obra, sem prévio ajuste de orçamento — e que o fim precípua de toda contratação pública é a conclusão da obra ou serviço —, o seguro-garantia emerge como a única modalidade capaz de atender ao interesse público e à função social da licitação dentro dos prazos e do orçamento originalmente planejados.

Nos últimos anos, o setor de seguros vem participando, ativamente, de uma série de discussões, no âmbito do governo federal, com o intuito de se criar um modelo para o seguro-garantia no Brasil. Diante da relevância e premência do tema foi constituída uma comissão setorial com o propósito de desenvolver uma proposta, já devidamente endereçada às autoridades competentes, que visa o aprimoramento do produto por meio de ajustes na legislação atual.

Nesse momento de fundamental debate sobre a necessidade de ajustes no marco regulatório do seguro-garantia no Brasil,

chamo atenção para o fato de que o New deal — nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, durante o governo do então presidente norte-americano Franklin Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia o país — possibilitou que o produto comprovasse, de fato, sua aplicabilidade.

Hoje, no Brasil, a Lei 8.666/1993 estipula que os participantes do certame ofereçam garantias nos seguintes percentuais: a) 1% do valor estimado do objeto da contratação para a garantia de participação e manutenção da proposta até 5% do valor do contrato para a garantia de execução de sua execução; b) excepcionalmente, até 10% do valor do contrato quando se tratar da execução de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis. Ainda de acordo com a legislação vigente, essas garantias podem ser ofertadas na forma de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Importante frisar que é praticamente impossível ao garantidor retomar uma obra interrompida, de modo a assumir todos os sobrecustos decorrentes, com apenas 5% do valor do contrato original. Tal impossibilidade agrava-se em decorrência do fato de que a maior parte da garantia já seria esgotada com o pagamento das penalidades impostas ao contratado inadimplente.

Diante desse cenário, a proposta do setor de seguros para a criação do novo seguro-garantia — tendo como parâmetros também as melhores práticas do mercado internacional — contempla, entre outros, dois primordiais ajustes que apresento a seguir. O primeiro diz respeito ao aumento de 1%

para 5% do percentual da garantia destinada a assegurar a assinatura o contrato ao fim do processo licitatório. Tal medida desencorajaria a participação no processo licitatório de interessados que não disponham de capacidade efetiva para a realização do objeto.

O segundo ajuste aborda a execução do contrato. As seguradoras propõem um aumento substancial da importância segura da garantia de performance de 5% para 30% do valor do contrato. Estudos internacionais indicam que esse percentual, quando somado ao saldo residual da contratação original, seria adequado para que a empresa fizesse frente ao sobrecusto de uma nova contratação e procedesse à finalização do empreendimento. Ademais, o percentual de 30% já representará um incremento arrojado de capacidade do mercado ressegurador para com o mercado segurador brasileiro na evolução contínua que busca consolidar o seguro-garantia como forma apta de permitir a execução das contratações públicas.

Atualmente, tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal vários projetos de lei que abordam a temática de um novo modelo para o seguro-garantia no Brasil. Tal interesse pelo assunto só demonstra, sem sombra de dúvida, que diante do atual quadro conjuntural brasileiro, o produto trará grandes contribuições para assegurar o desenvolvimento das essenciais obras de infraestrutura. E é exatamente por isso que qualquer mudança deve, sim, ser exaustivamente debatida entre os agentes envolvidos. Este é o momento de união, de parcerias e de trabalho conjunto e profícuo em prol do resgate da confiança e da segurança em relação ao futuro do país.



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Aspectos Jurídicos de licitações



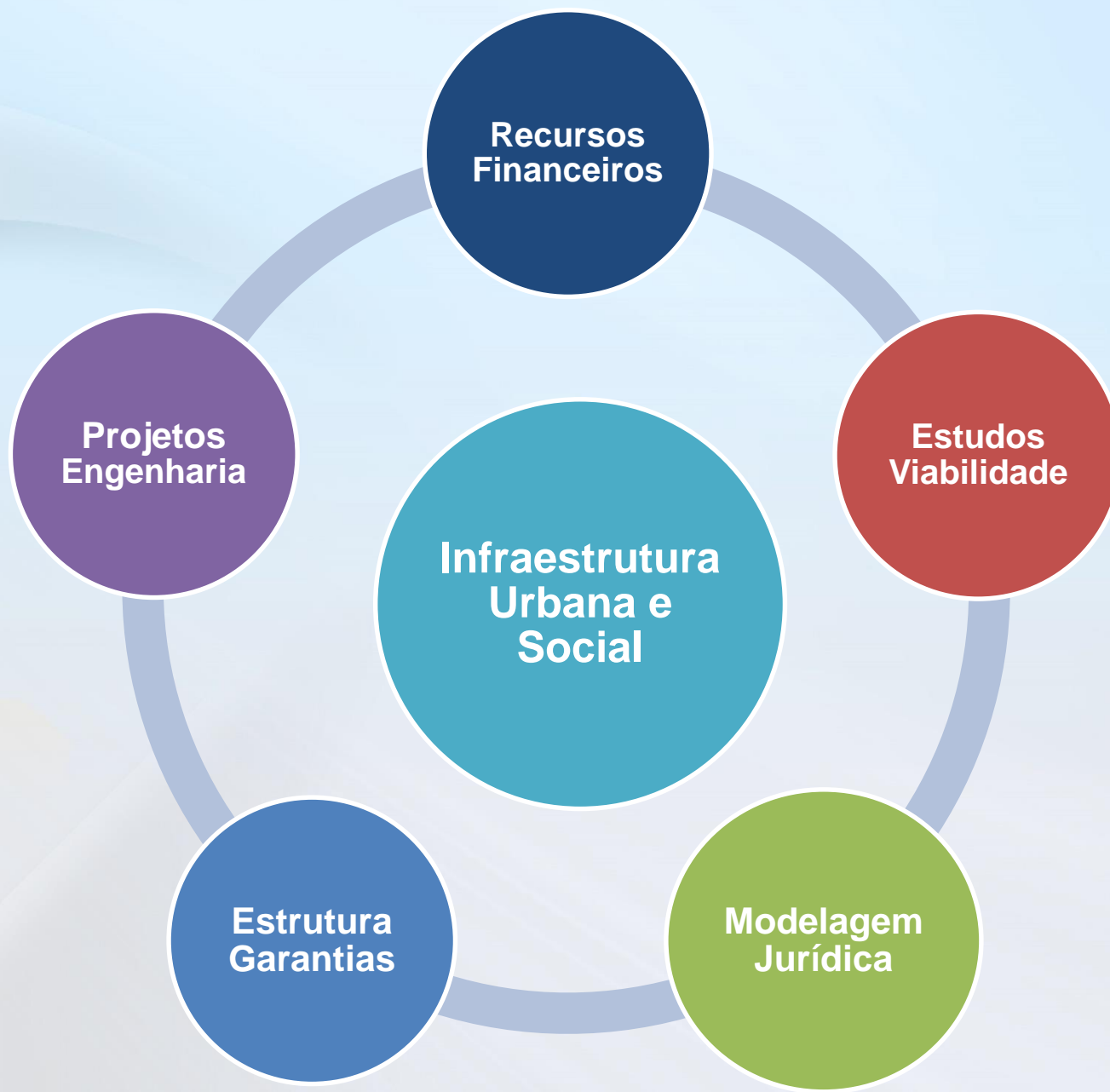
Constante Evolução



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Aspectos Jurídicos de licitações



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Aspectos Jurídicos de licitações

Constituição Federal:

Capítulo VII - Da Administração Pública

Seção I - Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Aspectos Jurídicos de licitações

Constituição Federal:

Art. 175. Incumbe ao poder público, na forma da lei, **diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.**

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I- o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Licitações: Aspectos Jurídicos

Lei 8.666/1993 Empreitada

- Projeto Básico;
- Obras; Serviços;
- Ausência de incentivo para fazer melhor e bem feito;

Lei 8.987/1995 Concessão Comum

- Projeto Básico e Executivo;
- Concessionário é remunerado pelo usuário do serviço;

Lei 11.079/2004 PPPs

- Projeto Básico e Executivo;
- Construir, Equipar, Manter e Operar;
- Concessionário remunerado pelo usuário e Estado;
- Remuneração atrelada a Metas e indicadores de desempenho;

Lei 12.464/2011 RDC – Regime diferenciado de Contratação

- Objeto definido em lei;
- Contratação Integrada;
- Projeto Básico e Executivo;

Licitações : Aspectos Jurídicos

Garantias:

Lei 8.666/1993 Empreitada

Artigo 31 – Garantia propostas de até 1% do valor estimado do objeto da contratação;

Artigo 56 – Ausência Obrigatoriedade exigência de Garantias;
Caução em Dinheiro, Títulos da Dívida, Seguro Garantia e Fiança Bancária;
Não superior a 5% do Valor do contrato, podendo chegar a 10% ...

Lei 8.987/1995 Concessões

Concessão Comum -

Artigo 18 – Observância no que couber as normas gerais de licitação;

Artigo 23 - Concessões precedidas de obras públicas : exigência de garantias de fiel cumprimento ;

Lei 11.079/2004 PPPs

Concessão Administrativa e Patrocinada

Artigo 5- As cláusulas dos contratos de PPPs devem atender disposto no artigo 23 da lei 8987/1995

VIII - Garantias de execução suficientes e compatíveis com o ônus e riscos envolvidos, observados limites previstos na lei 8.666/1993

Lei 12.491/2011 Lei 12.980/2014 RDC

Não há previsão para aplicar os limites previsto no artigo 56 da lei 8666/1993;

Artigo 4- Condições de aquisição, de seguros, de garantias ... **compatíveis com as condições do setor privado.**

DNIT : Contratação Integrada - Garantia execução equivalente a 30 % valor do Contrato;

Seguro Garantia em Obras Publicas, Concessões e PPPs

Como definir o valor das garantias nas contratações Publicas ?



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Seguro Garantia : Experiência Internacional

TABELA 7.1 – “CONSTRUCTION BONDS” POR ESTADO – EUA

	Estado	Algumas características
1	Alabama	No mínimo, 50% do valor da obra, a partir de US\$ 50 mil
2	Alaska	Para obras até US\$ 1 milhão, 40% do valor
3	Arizona	100% do valor da obra, mas acima de US\$ 100 mil
4	Arkansas	100% do valor da obra, mas acima de US\$ 20 mil
5	Califórnia	100% do valor da obra, mas acima de US\$ 25 mil
6	Colorado	100% do valor da obra, mas acima de US\$ 50 mil
7	Connecticut	100% do valor da obra, mas acima de US\$ 100 mil
8	Delaware	100% do valor da obra
9	District of Columbia	No mínimo, 50% do valor da obra



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Seguro Garantia : Experiência Internacional



Colômbia:

Variam pelo tipo e valor dos contratos
De 0,5% até 10%



México

Obrigatoriedade de garantias
Seguro Garantia de 20% valor Contratos



Europa

Predominância Fiança Bancaria
Em media 10% valor Contratos



Canadá

Segurador pode concluir contrato
Variam de 50% a 100% valor contrato



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Seguro Garantia : Experiência no Brasil

Valor da Garantia em Obras Publicas, Concessões e PPPs

- Legislação atual é falha e esta sendo revista;
- Contrato para Execução de Obras e Serviços Públicos são diferentes de Concessões Comuns, Administrativas e Patrocinadas (PPPs);
- Garantias de Execução - Principio indenizatório deve estar vinculado a apuração do “ sobre custo” para substituição da parte inadimplente;
- Em 2012, estudo realizado pela CNSEG, concluiu que o Mercado Segurador brasileiro tinha capacidade para absorver a elevação dos valores das garantias nas contratações públicas para até 45% dos valores dos contratos;
- **Momento atual** *“Em busca de um novo modelo que não produza efeitos colaterais indesejados”*



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Garantias :Mudanças previstas na legislação;

PLS 559/2013 – Relator Katia Abreu (60 ementas)

- Define como obras e serviços de grande vulto valor acima R\$ 100 milhões;
- Permanece a não obrigatoriedade de exigência de garantias;
- Valor poderá atingir 100% desde que comprovado por parecer técnico ;
- Ausência definição base de calculo;
- Seguro Garantia – Possibilidade de clausula que vincule a seguradora assumir as obrigações contratadas (Retomada Obra);

Substitutivo Senador Fernando Bezerra (13/07/2016)

- A Garantia mínima para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto deverá variar entre 10% e 30% do valor inicial do contrato, podendo, em situações excepcionais, ser fixado em percentual superior ao limite de 30%.
- Demais casos , poderá variar entre 5% a 20%;
- Justificativa do % da garantia deverá constar no Edital;
- Versa sobre *Step in Rights* da seguradora;
- Matriz de Riscos



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Garantias :Mudanças previstas na legislação;

PL 2391/2015 - Julio Lopes - PP /RJ (Câmara dos Deputados)

- PL 1242/2015 – Substitutivo – Relator – Fábio Mitidieri (PSD-SE);
- Seguro Garantia Licitante não superior a 2%;
- Possibilidade edital prever obrigatoriedade contratação Seguro Garantia;
- Limite da Garantia equivalente a 30% do valor do contrato;
- Seguradora responsável por concluir a obra;

Ementa Aditiva a MP 727 (instituiu PPI) Julio Lopes 18/05/16

Seguro-Garantia – modalidade de seguro que visa garantir a plena realização de objeto contratado ...

- Regra geral – Não obrigatoriedade de Garantias;
- Regra Geral - Garantia Licitante 2% e Execução 5%;
- Contratos Administrativos valor global superior a R\$ 7.500.000,00 poderá ser obrigatório a contratação Seguro Garantia;
 - Nesta hipótese, será de pelo menos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato, a depender dos riscos e da complexidade do projeto ...



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Mudanças previstas na legislação;

Propostas de Mudanças na legislação :

Projeto de Lei PPP Mais (2015)

- Afasta os efeitos da Lei 8666;
- Eliminação da obrigação das empresas estrangeiras abrirem subsidiárias para disputar eleições no Brasil;
- Eliminação de atestação técnica;
- Transferência etapas pré-qualificação ao Segurador privado;
- Garantia Licitante até 10%...
- Garanta execução Integral (até 100%)

VI - para a habilitação econômico-financeira será obrigatória, em qualquer caso, a apresentação de certidão negativa de falência, podendo o edital exigir, ainda:

a) garantia de proposta de valor suficiente, nunca superior a 10% (dez por cento) da soma dos investimentos estimados para o empreendimento, que será executada se o licitante não honrar a proposta;

b) compromisso, de instituição de primeira linha, de celebração de contrato de seguro-garantia quanto ao cumprimento da totalidade das obrigações do contrato público-privado, cujo valor será indicado no edital; e



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Mudanças previstas na legislação;

Propostas de Mudanças na legislação :

Medida Provisória 727 de 12/05/2016

- Programa de Parcerias de Investimentos – PPI
- Ampliar e fortalecer a interação entre Estado e Iniciativa Privada;
- Foco nas Concessões Comuns, Administrativas e Patrocinadas ...;
- Estimular desenvolvimento econômico e social do País;
- Expandir com qualidade a Infraestrutura pública;
- Promover ampla e justa competição
- Assegurar a estabilidade e a segurança jurídica
- Fortalecer o papel regulador do Estado;
- Será regulamentado por meio de decretos definindo medidas de desestatização a serem implementadas;



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Quais mudanças no Mercado serão necessárias?

- 1) Alterar a legislação vigente para permitir ao Segurador assumir o lugar do licitante/contratado inadimplente e contratar outra empresa para terminar a obra/executar os serviços sem necessidade de uma nova licitação;
- 2) Tornar o processo de execução do contrato de contragarantia firmado entre Tomador da Garantia e o Segurador mais célere;
- 3) Rever os parâmetros técnicos de autorizações da Susep para os seguradores que operam com Seguro Garantia;
- 4) Seguradores devem aprimorar seu processo de subscrição de riscos e acompanhamento dos contratos garantidos, diante da ampliação do grau de responsabilidade;
- 5) Avaliar o impacto do aumento dos custos do projeto/empreendimento motivado pela elevação dos prêmios das apólices de seguros garantia;



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Quais mudanças no mercado serão necessárias?

6) Considerar os efeitos da possível exigência de rating para os seguradores por parte da Administração Pública (no caso garantias integrais)

7) Avaliar o impacto da possível “concentração de mercado” diante de um provável afastamento de empresas pequenas e medias do certame licitatório que poderiam não atingir as condições mínimas exigidas pelos seguradores e ou bancos para emissão de garantias dentro do novo padrão exigido;

8) Aferir se o mercado segurador e ressegurador brasileiro/ internacional estará capacitado para assumir a ampliação do volume de garantias, visto que em 2012, estudo da CNSEG concluiu que os Seguradores teriam capacidade para assumir elevação das garantias em até 45% dos contratos.



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Conclusão : Aprendizado e lição de Futuro;

- O Mercado de Seguros é componente essencial desta “engrenagem” que movimenta a economia do País;

- O Seguro Garantia é fundamental para manutenção do equilíbrio das relações contratuais Públicas e Privadas;

- A ampliação dos limites das garantias é uma realidade;



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

Obrigado !



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

www.funenseg.org.br

André Dabus – AD Corretora de Seguros Ltda

andre.dabus@ad.com.br

Fone: 11 3074 5000 11 99630- 5000